

MOÇÃO PARA O COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS MÉDICAS

No contexto de formação médica, identificamos diferentes tipos de violências contra pessoas que fogem ao que é posto como norma (branco, masculino, cis-heteronormativo). Podemos encontrar tais violências em distintos contextos, como no ensino e atendimentos em saúde - entre discentes, docentes, funcionáries e pacientes. Essas violências se manifestam em formas diversas, como sexualidade (assédios), categorias de gênero, raça/cor/ etnia, classe social, naturalidade/ nacionalidade (xenofobia), deficiências, pessoas gordas (gordofobia), abuso de poder/ autoridade.

Essas situações de violência ficam ainda mais intensificadas devido às relações de poder e hierarquia, entre discente-docente, paciente-cuidador, impactando negativamente nos processos de educação médica e de cuidado em saúde. Desse modo, as Instituições de Ensino acabam reproduzindo e reforçando as opressões estruturais, o que implica na ocorrência de sofrimento psicológico e na formação de profissionais da saúde incapazes de atender a esses sujeitos diversos e dissidentes. Apesar dos avanços das Políticas de Saúde para populações invisibilizadas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, da LGBTQIA+, dos Povos Indígenas, dentre outras, não se observa a inclusão dos temas na grade curricular, como previsto nas DCN de 2014.

Nesse sentido, urge que a ABEM reconheça essa questão e busque estratégias para uma formação médica não excludente. Nos debates das atividades realizadas no 60º COBEM, apontaram-se diferentes caminhos para combater as violências na educação médica. 1. A elaboração de materiais e diretrizes que orientem a abordagem da diversidade de forma transversal pelas escolas mostra-se essencial; 2. A inclusão da temática no teste de progresso de forma a valorizar e pressionar o ensino à saúde integral das populações diversas; 3. A inserção do ensino da diversidade como um critério nos processos de acreditação de cursos de medicina.

Cabe também às instituições de ensino a responsabilização pela questão. Ressalta-se a necessidade de capacitar e sensibilizar o corpo docente sobre o tema de violências tanto para o ensino, quanto para o adequado reconhecimento das situações. Destaca-se, também, a importância da criação de espaços seguros para o acolhimento das vítimas de violência. Por fim, aponta-se a necessidade de formalização da temática nas ementas e programa curricular.